

0001	MICROFONE tipo de transdutor: Dinâmico; Resposta de Frequência: 40Hz a 16KHz; Padrão Polar: Super- cardióide; Impedância da cápsula: 600ohms; Nível de saída nominal (@1KHz): -30dBG (24mV); Polaridade: Pressão positiva na cápsula produz uma tensão positiva no pino 2(hot) em relação ao pino 3(cold) nos terminais de conector de saída XLR. Condições ambientes: temperaturas de -29°C a +57°C e umidade relativa de 0 a 95%. Controle: Chave liga/ desliga incorporada ao microfone. Conector de saída: XLR macho 3 pinos. Detalhes construtivos: Corpo moldado em liga de zinco, acabamento azul petróleo, cápsula com borracha amortecedora e tela de proteção em aço com acabamento preto. Peso: 295 gramas Acessórios: Cabo 5 metros com conectores XLR fêmea e TS1/4"; Estojo plástico rígido com alça; Luva para montagem em pedestal; Bag em tecido emborrachado. Garantia Mínima: 1 Ano	480,00	UND	STANER	R\$ 449,10	R\$ 234,11	- 47,87	PORTO TECNOLOGIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME
0002	CASES DE PROTEÇÃO PARA TELEVISORES – Gabinete em aço carbono formato retangular para televisores de 55" a 60" polegadas ou superior, Proteção contra vandalismo na tela: Visor frontal em policarbonato/ acrílico incolor cristal com anti-reflexo, com acrílico anti-impacto de no mínimo 3mm e máximo de 5mm, Proteção contra poeira e líquidos, Exaustão de calor por ventilação forçada: 2 a 4 coolers bivolt p/ exaustação de calor, Customização interna, permitindo instalar outros equipamentos, Régua de energia com 3 a 6 tomadas, Furações para passagem de cabos, com possibilidade de instalação em suportes de parede, teto ou pedestais, Pintura eletrostática, com um suporte interno para televisores de 55" a 60" polegadas ou superior, Ventilação natural através de duas aberturas em cada lado, Entrada de cabos de ø 60mm incluída abaixo do armário de porte; - 4 orifícios ø 7,5 mm no lado de trás para fixação à parede. Garantia Mínima: 1 Ano Marca de Referência: Technovision, podendo ser Equivalente ou de Melhor Qualidade Cor predominante: Preta ou Grafite	480,00	UND	MOBVISION	R\$ 5.162,17	R\$ 3.651,17	- 29,27	PORTO TECNOLOGIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME

ÓRGÃO GERENCIADOR:

GENEAN PRESTES DOS SANTOS

Coordenadora do Sistema de Registro de Preços/SUPEL

AMANDA TALITA DE SOUSA GALINA ISRAEL EVANGELISTA DA SILVA

Diretora Executiva/SUPEL Superintendente Estadual de Compras e Licitações/SUPEL

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

Qualificada(s) no Anexo Único desta Ata

CNPJ	Razão Social	Endereço	Cidade	Representante	CPF	Telefone
05.587.568/0001-74	PORTO TECNOLOGIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME	RUA QUINTINO BOCAIUÑA, 1508 -OLARIA	PORTO VELHO - RO	DELVANE GOMES COSTA	220.683.252-68	(69) 3229-3455 / 99245-5991 / 3229-3716

Protocolo 0023254026

AVISO DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RETORNO DE FASE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 186/2021/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0029.010418/2021-40/SEDUC/SEI

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para confecção e oferta de merenda escolar ao alunado das unidades executoras da Rede Estadual de Ensino, pertencentes a jurisdição de Alta Floresta D'Oeste, contemplados no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e Programa Estadual de Alimentação Escolar – PEALE, por um período de 200 dias (40 semanas)

Protocolo 0023295905

ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 385/2021

PROCESSO Nº 0021.056167/2021-10

Pelo presente instrumento, o **ESTADO DE RONDÔNIA**, através da SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL situada à AV. FARQUAR Nº 2986 COMPLEXO RIO MADEIRA EDIFÍCIO, RIO PACAÃS NOVOS 2º ANDAR – BAIRRO: PEDRINHAS, neste ato representado pelo Superintendente da SUPEL, Senhor **Israel Evangelista da Silva** e a(s) empresa(s) qualificada(s) no Anexo Único desta Ata, resolvem **REGISTRAR O PREÇO** visando à futura, eventual aquisição de medalhas com estojo, a pedido da Policia Militar - **PM**, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Decreto Estadual nº 18.340/13 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

Registro de Preços visando à futura, eventual aquisição de medalhas com estojo, a pedido da Policia Militar - **PM**.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/11553>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 07/01/2022, às 13:02

2.1.1. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o artigo 57 da Lei 8.666, de 1993, conforme Decreto Estadual nº 18.340/13.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Caberá à Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele decorrente (Decreto 18.340/13 artigo 5º, incisos VII e VIII). No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no Anexo I deste instrumento.

5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A DETENTORA do registro de preços se obriga, nos termos do Edital e deste instrumento, a:

5.1. Retirar a Nota de Empenho junto ao órgão solicitante no prazo de até 05 (cinco) dias, contados da convocação;

5.2. Iniciar o fornecimento do objeto dessa Ata, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e edital de licitações.

5.3. Não será admitida a entrega pela detentora do registro, de qualquer item, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

5.4. O objeto e/ou serviço desta ata deverá ser fornecido parcialmente durante a vigência da ata ou contrato, de acordo com as necessidades dos órgãos requerentes, nas quantidades solicitadas pelos mesmos.

6. DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA

6.1. No recebimento e aceitação de qualquer item, objeto desta Ata de Registro de Preços, serão observadas as especificações contidas no instrumento convocatório.

6.2. Expedida a Nota de Empenho, o recebimento de seu objeto ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, “a” e “b”, da Lei 8.666/93 e alterações.

6.3. **DO PRAZO DE ENTREGA:** Os objetos deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias após recebimento da nota de empenho ou assinatura do contrato.

6.4. **DO LOCAL DE ENTREGA:** O material deverá ser entregue no Almoxarifado da Diretoria de Apoio Administrativo e Logístico – Av. Buenos Aires, nº 2916, Bairro Embratel, na cidade de Porto Velho, estado de Rondônia; Horário: O(s) materiais deverá(ão) ser entregue(s), após agendamento prévio pelo telefone (69) 3216-5568, no horário das 07:30 às 13:30 horas, após esse horário somente mediante autorização.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A empresa detentora da Ata apresentará a Gerência Financeira do Órgão requisitante a nota fiscal **referente ao fornecimento efetuado**.

7.2. O respectivo Órgão terá o prazo de 10 **(dez) dias úteis**, a contar da apresentação da nota fiscal para **aceitá-la ou rejeitá-la**.

7.3. A nota fiscal **não aprovada será devolvida à empresa** detentora da Ata **para as necessárias correções**, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 6.2. a partir da data de sua reapresentação.

7.4. A devolução da nota fiscal não aprovada, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a empresa detentora da Ata suspenda quaisquer fornecimentos.

7.5. O Estado de Rondônia, através dos órgãos requisitantes, providenciará o pagamento no prazo de até 30 **(trinta) dias corridos**, contada da data do aceite da nota fiscal.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A despesa correrá à conta dos orçamentos informados no Termo de Referência e edital de licitações. Os órgãos participantes poderão celebrar contratos, emitir notas de empenho ou instrumento equivalente, dependendo dos valores envolvidos, conforme previsto no artigo 62 da Lei 8.666/93.

9. DAS SANÇÕES

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

9.1.1 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

9.1.2. Apresentar documentação falsa;

9.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

9.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.5. Não manter a proposta;

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo;

9.1.7. Cometer fraude fiscal;

9.1.8. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

9.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.2.1. Advertência por escrito;

9.2.2. Multa de mora no valor de 0,5% (meio por cento), do valor do contrato, por dia de atraso na entrega do Objeto, contado a partir do último dia previsto para a realização do serviço em questão, limitado ao máximo de 45 (quarenta e cinco) dias; sendo que, a partir deste prazo, a contratada passa a ser considerada INADIMPLENTE para todos os efeitos legais;

9.2.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato pelo descumprimento das obrigações elencadas, por INADIMPLÊNCIA, sem prejuízo da sanção anterior;

9.2.4. Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor total contratado, quando contrariar normas técnicas da ABNT ou infringir condição técnica deste instrumento convocatório, independente da obrigatoriedade da substituição do serviço;

9.2.5. Suspensão temporária de participar de licitações e formalizar contratos com a Administração, conforme o inciso III do Art. 87 da Lei nº. 8.666, de 1993. A aplicação dessa sanção suspenderá o fornecedor ou interessado por até 02 (dois) anos, no âmbito do órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção;

9.2.6. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme o Art. 7º da Lei nº. 10.520, de 2002. A aplicação da sanção impossibilitará o fornecedor ou interessado de participar de licitações e formalizar contratos, no âmbito interno do ente federativo que aplicar a sanção;

9.2.7. Declaração de inidoneidade, conforme o inciso IV do Art. 87 da Lei nº. 8.666, de 1993, ficando o fornecedor ou interessado impossibilitado de participar de licitações e formalizar contratos com todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito federal e dos Municípios.

9.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

9.4. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

9.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.5. Nos casos de multa acima previstos, o LICITANTE faltoso será notificado para recolher, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a multa aplicada, mediante depósito devidamente identificado na conta corrente, ou, desde que ainda cabível tais valores serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos ao Adjudicado faltoso, ou cobrados juridicamente, caso não recolhido no prazo estabelecido.

9.6. A multa poderá ser descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

9.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

9.8. Notificado o licitante de que incorreu em sanção, terá o prazo de 10 (dez) dias corridos para oferecimento de defesa, acompanhada de provas cuja produção entender pertinente; sendo que, em igual prazo, pronunciar-se-á o Órgão Licitador.

9.9. Os motivos de força maior ou de caso fortuito, para fins de isenção das penalidades previstas neste pleito licitatório, são os previstos no Art. 393 -Parágrafo Único, da Lei Nº. 10.406/2002 (Novo Código Civil Brasileiro).

9.10. As sanções ora previstas serão entendidas como independentes e cumulativas, de acordo com o Art.87 da Lei Nº. 8.666/93.

9.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

9.14 - Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conformetabela pormenorizada inserida no edital de licitações do pregão o qual originou-se esta ata . Na referida tabela estão elencadas apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso.

10. DA UTILIZAÇÃO DA ATA

10.1. Nos termos do Artigo 26 do Decreto Estadual 18.340/13, esta Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

10.2. É facultada aos órgãos s ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Estadual.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

11. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. De acordo com artigo 21 e 22 do Decreto Estadual 18.340/2013 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93

11.2. Nos termos do Decreto Estadual 25.969 de 07 de Abril de 2021, os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

11.3. A revisão de preços prevista no caput do artigo 23B doDecreto Estadual 25.969 precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado..

11.4. Nos termos do § 2º do Decreto 25.969/2021, se comprovada a majoração dos valores de mercado nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, o órgão gerenciador da Ata convocará, antes da efetiva alteração de preços, as demais licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em manter o preço original registrado em ata, de modo que, inexistindo interessados dispostos em manter o valor da ARP; os preços poderão ser revisados conforme disposto no caputartigo 23B.

11.5. Conforme disposto no § 4ºdoDecreto 25.969/2021. a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro.

11.5.1. O Decreto Estadual 18.340/2013 dispõe ainda no artigo 25, sobre as hipóteses do cancelamento do preço registrado , quepoderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados**, por razão de interesse público; ou II - a pedido do fornecedor

11.5.2. O preço registrado também poderá ser cancelado nas hipóteses do artigo 24 do Decreto Estadual 18.340/2013, quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições da ata de registro de preços; não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado , na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado, ou sofrer sanção prevista na forma do artigo 87 da Lei 8.666/93.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

12.1. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer Ônus para o Órgão/Entidade toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, caso constatada divergência na especificação;

12.2. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na ATA;

12.3. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

12.4. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o

atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

12.5. Comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

12.6. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

12.7. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Administração Pública.

12.8. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

12.9. Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

12.10. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto do Edital correrão por conta exclusiva da contratada;

13. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

13.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

13.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

13.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;

13.4. Efetuar o pagamento à(s) contratada(s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços

13.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

13.6. Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

14.1. É participante desta ata o seguinte órgão pertencente à Administração Pública do Estado de Rondônia:

PM - Polícia Militar.

15.DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

15.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

15.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual 18.340/13, Lei Federal nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

15.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o **ANEXO ÚNICO** desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

Fica eleito o foro do Município de Porto Velho/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Nº DO PROCESSO: 0021.056167/2021-10 Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO: 385/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2022 DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE: 07/01/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDALHAS COM ESTOJO - PM DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 05/01/2022

ANEXO ÚNICO DA ATA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA
0001	Medalha - Forte do Príncipe da Beira - COM ESTOJO	300,00	KIT	JR	R\$ 80,00	R\$ 50,00	- 37,50	J R MACHADO COMÉRCIO E SERVIÇOS ME
0002	Medalha - Dedicação Policial Militar – 1º decênio - com estojo	500,00	KIT	JR	R\$ 65,00	R\$ 62,00	-4,62	J R MACHADO COMÉRCIO E SERVIÇOS ME
0003	Medalha - Dedicação Policial Militar – 2º decênio - com estojo	500,00	KIT	JR	R\$ 65,00	R\$ 62,00	-4,62	J R MACHADO COMÉRCIO E SERVIÇOS ME
0004	Medalha - Dedicação Policial Militar – 3º decênio - com estojo	500,00	KIT	JR	R\$ 70,00	R\$ 67,00	-4,29	J R MACHADO COMÉRCIO E SERVIÇOS ME
0005	Medalha - Mérito de Ensino - COM ESTOJO	300,00	KIT	JR	R\$ 70,00	R\$ 65,00	-7,14	J R MACHADO COMÉRCIO E SERVIÇOS ME
0006	Medalha - Mérito Policial Militar - Com estojo	500,00	KIT	JR	R\$ 65,00	R\$ 62,00	-4,62	J R MACHADO COMÉRCIO E SERVIÇOS ME
0007	Medalha - Mérito Tiradentes - Com estojo	100,00	KIT	JR	R\$ 85,00	R\$ 72,00	- 15,29	J R MACHADO COMÉRCIO E SERVIÇOS ME
0008	Medalha do Mérito de Trânsito - Com estojo	300,00	KIT	JR	R\$ 70,00	R\$ 65,00	-7,14	J R MACHADO COMÉRCIO E SERVIÇOS ME
0009	Medalha Honra ao Mérito Cultural - Com estojo	100,00	KIT	WANJOUR	R\$ 90,00	R\$ 88,20	-2,00	WANJOUR COMÉRCIO DE METAIS
0010	Medalha do Mérito Cap Rui Luiz Teixeira – 4º BPM - Com estojo	300,00	KIT	JR	R\$ 65,00	R\$ 61,00	-6,15	J R MACHADO COMÉRCIO E SERVIÇOS ME
0011	Medalha do Mérito Batalhão Mamoré – 6º BPM – 4º BPM - Com estojo	300,00	KIT	WANJOUR	R\$ 85,00	R\$ 49,32	- 41,98	WANJOUR COMÉRCIO DE METAIS
0012	Medalha do Mérito do Batalhão Governador Jorge Teixeira - 3º BPM - Com estojo	300,00	KIT	WANJOUR	R\$ 85,00	R\$ 53,90	- 36,59	WANJOUR COMÉRCIO DE METAIS

0013	Medalha Mérito Policial Regente Sifontes - Com estojo	100,00	KIT	PRÓPRIA	R\$ 85,00	R\$ 85,00	0,00	FORMALTA IND. COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES LTDA
0014	Medalha Mérito Batalhão Rondon - Com estojo	300,00	KIT	JR	R\$ 70,00	R\$ 65,00	-7,14	J R MACHADO COMÉRCIO E SERVIÇOS ME
0015	Medalha Mérito das Operações Policiais Especiais - Com estojo	50,00	KIT	PRÓPRIA	R\$ 95,00	R\$ 95,00	0,00	FORMALTA IND. COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES LTDA
0016	Medalha do Mérito de Serviço Social - Com estojo	70,00	KIT	PRÓPRIA	R\$ 95,00	R\$ 95,00	0,00	FORMALTA IND. COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES LTDA

ÓRGÃO GERENCIADOR:
GENEAN PRESTES DOS SANTOS
Coordenadora do Sistema de Registro de Preços/SUPEL
AMANDA TALITA DE SOUSA GALINA ISRAEL EVANGELISTA DA SILVA
Diretora Executiva/SUPEL Superintendente Estadual de Compras e Licitações/SUPEL
EMPRESA(S) DETENTORA(S):
Qualificada(s) no Anexo Único desta Ata

CNPJ	Razão Social	Endereço	Cidade	Representante	CPF	Telefone
01.756.582/0001-01	J R MACHADO COMÉRCIO E SERVIÇOS ME	: Rua Columbia, , 80 - Quintino Bocáiuva	RIO DE JANEIRO - RJ	JORGE RIBEIRO MACHADO	297.415.487-53	(21) 3357-8652
07.260.815/0001-59	WANJOUR COMÉRCIO DE METAIS	ADE Conjunto 28 Lote10 – Águas Claras,-	BRASILIA - DF	Washington Rodrigues Silva Jannuzzi	688.315.601-15	(61) 3234-7918 3967-1310
02.514.575/0002-58	FORMALTA IND. COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES LTDA	RUA BULHÕES MAÇIAL, 93 - CORDOVIL	RIO DE JANEIRO - RJ	Gilmar N. Sena	004.289.445-07	(21)3391-4441

Protocolo 0023311763

SEPAT

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICO, que a despesa decorrente do processo administrativo nº 0064.289718/2019-17, que se constitui no pagamento deserviço no gerenciamento de abastecimento dos combustiveis nos postos credenciados , a empresa Ticket Soluções hdfgt S/A, CNPJ 0350633070001-57,de acordo nota fiscal 40946196/T00, epor meio de pregão eletrônico 689/2016/SUPEL , mediante 6º termo aditivo ao contrato Nº 191/PGE/2019,com base no art. 67, 73 da lei 8.666/93, e ao órgão mantenedor o valor de R\$ 14.456,24(quatorze mil, quatrocentos cincoenta e seis reais , vinte e quatro centavos), em atendimento as necessidades da administração.

Porto velho, 07 de janeiro 2.022.

Protocolo 0023294831

SEFIN

Portaria nº 5 de 06 de janeiro de 2022

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE FINANÇAS ADJUNTA SUBSTITUTA , no uso de suas atribuições legais e considerando o processo SEI nº 0030.006651/2022-70, referente ao pagamento das taxas de licenciamento anual do DETRAN/RO e dos bombeiros do exercício de 2022 dos veículos oficiais desta Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para certificação das guias e emissão dos Termos de Recebimento de Serviços Definitivos, conforme prevê o Art.73, Inciso I, Alínea b da Lei nº. 8666/93, referente as Taxas de Licenciamentos anual, Taxas de Bombeiros e Seguros Obrigatório (DPVAT).

GESTOR DOS CONTRATOS:
Kali Micheline de Oliveira – Matrícula: 300049333;

FISCAIS ADMINISTRATIVOS:
Daiana Rodrigues da Silva – Matrícula: 300137622;
Antônio Nazaré Costa – Matrícula: 30003059;
Ailson da Silva Almeida – Matrícula: 300014981;
Gabriel Santos da Silva - Matrícula: 300149736;
Victor Raffael Maronari de Almeida – Matrícula: 300169892;

Art. 3º - Designar a servidora **MARIA DA CONCEIÇÃO LOPES DO AMARAL**, ocupante do cargo de Assessora de Gerência 9, matrícula nº 300077983, para substituir o Gerente de Administração e Finanças em suas ausências e impedimentos, ficando responsável pelo expediente daquela unidade administrativa nestas ocasiões.

Art. 4º - Os servidores nomeados são responsáveis pela emissão e conferência das taxas de licenciamento anual do DETRAN e dos bombeiros/2022, referente aos veículos da frota desta Secretaria de Estado de Finanças.

Art. 5º - Na ausência ou impedimento dos servidores relacionados no artigo 1º e 2º, ficarão responsáveis os seus substitutos legais, nomeados por